

O combatente português da grande guerra - fardamento e equipamento

Coelho, S.V. (2018). *O combatente português da grande guerra fardamento e equipamento in Portugal na 1ª Guerra Mundial - Uma História Militar Concisa*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar. P.199-228.

Sérgio Veludo Coelho

Introdução

O conceito de uniforme apareceu em finais do século XVII, solidificou-se ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, tornando-se um atributo da transição da Idade Moderna para o período contemporâneo, no que respeita à instituição militar. Durante todo este tempo, o uniforme vai evoluindo através de diversas fases. Por razões funcionais e práticas, adequando a sua forma, cor e materiais utilizados na confeção, às condicionantes ambientais e climatéricas, mais a necessidade de adaptação ao combate, às táticas e estratégias militares e à própria evolução do armamento. Pelas circunstâncias políticas, sociais e económicas, tanto ao nível interno do Estado, como ao nível externo, que influem, muitas vezes de forma decisiva, na adoção de figurinos ou de cânones estéticos. Pela evolução das técnicas e indústrias têxteis, assim como o surgimento e aplicação de novas fibras e materiais para confeção de fardamentos. Pelas interações entre a moda civil e o vestuário militar, cuja relação se torna um facto pela adoção de figurinos militares pela sociedade civil, ou vice-versa.

1. O uniforme militar, forma e função

Desde um ponto de vista historiográfico, do estudo da uniformidade como o conjunto do vestuário militar, podem-se extrair uma série de parâmetros, os quais são de interesse essencial, para compreender de maneira conceptual o significado do uniforme militar e a sua relação direta com a História e a sociedade.

Esses parâmetros podem surgir da seguinte forma (Coelho, 1998, 232):

- O nível de legislação, entendendo-se uma maior ou menor corrente de decretos e outros tipos de regulações oficiais, que estabelecessem normas, estruturas, figurinos ou equipamentos, assim como decretos que exigiam o cumprimento de disposições anteriores.

- A funcionalidade do uniforme, que se define como a adaptação do mesmo ao serviço e ao campo de batalha. A racionalização do uniforme, e consequente funcionalidade, pode ter a sua origem no abandono dos combates em ordem cerrada, mercê do desenvolvimento dos sistemas de armas e correspondente aumento do poder de fogo. A funcionalidade dos uniformes do Exército Português foi alvo, de muitos e variados artigos de natureza crítica em publicações institucionais, como a Revista Militar ou a Revista de Infantaria.
- A aceitação social do uniforme seria um valioso ponto de análise, ficando como ponto de referência para futuros estudos, dada a sua importância no contexto da história social e das mentalidades.

1.1. As fontes documentais e iconográficas: um contexto geral

A análise de um uniforme militar não pode ser levada a cabo sem dados fiáveis e seguros, embora surjam lacunas de difícil ou impossível resolução, devido ao desaparecimento frequente de algumas fontes materiais, que permitem a comprovação das fontes escritas ou iconográficas. Mesmo assim, deve-se proceder a uma investigação cuidada, tendo em conta os períodos históricos em estudo e a sua relação com as respetivas fontes (Coelho, 1998, 235).

Dentro da problemática das fontes em análise, podem-se extrair três grupos principais:

I- Fontes escritas, manuscritas ou impressas.

- Documentos
 - Públicos: estatais, institucionais de domínio público.
 - Privados: de instituições ou pessoas particulares.
- Imprensa, obras escritas e literárias, memórias ou monografias
- Correspondência manuscrita ou publicada (de carácter público ou privado)

II- Fontes iconográficas

- Materiais gráficos, gravuras, desenhos ou fotografias.
- Materiais plásticos como pintura ou escultura.
- Materiais dinâmicos como o cinema ou o vídeo.

III – Fontes materiais

- Coleções sistemáticas públicas e privadas.
- Materiais dispersos em coleções públicas e privadas.

- Materiais isolados e sem contexto na posse pública ou privada.

2. A Cultura das Aparências

O vestuário do soldado, em todos os graus hierárquicos, vai-se tornar num símbolo de classe, socialmente tendente a sobrepor-se à sociedade civil, por vezes de modo discriminatório. O uniforme torna-se num sinal de reconhecimento para aqueles que o envergam e para os que estão de fora, o que contribui, para o caso do século XX, solidificar o espírito de corpo, os exércitos nacionais, o mundo militar, mesmo quando este se tornar num fator de revolução.

O uniforme fixa a hierarquia, a partir dos seus paramentos, dentro das próprias variações impostas pelos planos de uniformes e mudanças regulamentares, *“il soumet les esprits à l’habit et non à l’homme”* (Roche, 1989, p.213). O fardamento identifica o portador com o personagem social que o uniforme, num sentido abrangente, estabelece.

Do quartel para a parada e desta para o campo de batalha, o uniforme vai adquirindo o seu prestígio, e segundo Daniel Roche, irá atingir a maturidade na sociedade igualitária (liberal) do século XIX (Roche, 1989, p.214).

2.1 A disciplina do uniforme

Esta definição implica várias realidades que somadas, constituem a essência do soldado. O imperativo disciplinar impõe uma moldagem do corpo e do espírito, contextos nos quais o uniforme desempenha um papel essencial, em termos da educação e controle da força individual do soldado. O objetivo fulcral da uniformização, deixa de ser unicamente o reconhecimento das tropas no terreno e passa a ter um papel formativo no desempenho e combatividade das unidades militares. O uniforme está no cerne da lógica da estrutura militar, a partir de uma época em que a guerra se torna o essencial da continuação de uma política estratégica. Assim, cada vez mais o uniforme veste o soldado para confrontos crescentemente letais; ao longo dos tempos o fardamento vai ter que se adaptar às transformações tecnológicas que sucessivamente aparecem no campo de batalha: a espingarda de pederneira, a de percussão, o fuzil de agulha, as armas de repetição e retrocarga, a metralhadora, a artilharia de fogo rápido. Definitivamente o campo de batalha era cada vez mais perigoso para o soldado. Os efeitos políticos, sociais e

científicos da disciplina militar, de que o uniforme é uma das bases, podem-se traduzir de várias maneiras:

- O exército podia tornar-se numa escola de cidadania, de que são exemplos as forças armadas saídas da Revolução Francesa e do consulado napoleónico.
- O surgimento de conceitos médicos e pedagógicos sobre a condição física, onde o treino deve exacerbar a resistência, sendo possível ao uniforme permitir esta correlação de forças.
- O uniforme deveria contribuir para modelar o gesto e a atitude, já que passou a estar frequentemente no centro de uma imaginação utópica e voluntarista do social.
- A postura a que obriga o uniforme revela o trabalho individual do corpo e simultaneamente a aquisição de princípios de rigor e de sentimento coletivo (Coelho, 1998, 238-239).

2.2 O Uniforme como código social

O uniforme inscreve-se numa nova delimitação do *espaço público*, criando distâncias e instaurando códigos de comportamento e padrões sociais. Ele vai encarnar totalmente o espírito da sociedade militar, esta que sobrevive, constitui e se justifica nas crises e nas conturbações das ordens interna e externa. A introdução do uniforme regulamentar pôde implicar, a partir de meados do século XIX, ao surgimento de vetores como a medicina militar, o conceito de higiene coletiva, tanto do corpo como dos materiais. Na cadeia que une todos os elementos da estrutura militar, a disciplina, atavio e apresentação correta do uniforme, permitem transmitir o sentido de brio e de propriedade, aplacar os arremedos de contestação e moldar os hábitos pessoais do soldado. Isto levava a algumas tarefas *educadoras* do militar: polir botões, couros, chapas de cinturão ou de barretina, limpar o mosquete, a baioneta ou o sabre, lavar as suas roupas e o seu corpo. Esta cadeia de gestos, quando imposta, podia transformar o soldado em objeto de exposição ou de parada, mas nos séculos XVIII e XIX, o aparato ainda permitia ter influência tática no campo de batalha, pelo impacto moral. O exército, era também o único local coletivo em que desempenhos de carácter feminino se entrecruzavam com as tarefas eminentemente masculinas, ou seja, num exército em campanha, o soldado cozinha, lavava a sua roupa interior, cosia e remendava o seu fardamento. Os exércitos nacionais, alguns de conscrição como o francês (*La Nation aux armes*), começaram a significar os depósitos de recrutas, os quartéis fixos, o conceito de caserna como o local de habitação do soldado,

e tal contribuiu para a separação do militar do civil, do masculino do feminino. Os métodos de recrutamento também vão influir na vontade individual de cada soldado, com profundas implicações na sua aparência: as *sortes*, as *levas*, os *press gangs* (sistema compulsivo de recrutamento usado na Grã-Bretanha, até aos inícios do século XIX), que também implicavam vários tipos de isenções, normalmente inseridas em esquemas de corrupção do sistema. Assim, muitos dos contingentes formavam-se a partir de indigentes, aventureiros e marginais, que recrutados contra a sua vontade não propiciariam altos índices de preparação militar, com consequentes lapsos e lacunas na disciplina e no atavio do vestuário, a menos que sujeitos a regimes férreos de disciplina, frequentemente com recurso à violência física e psicológica (como sucedia no exército britânico sob o comando de Wellington, ou as *pranchadas*, usadas no Exército Português até meados do século XIX). Mesmo assim o uniforme deveria assumir um papel não negligenciável por altura da leva de recrutas, e mesmo que superficial era um catalisador decisivo para aceitar um compromisso. Posteriormente, o gesto e a atitude do recruta deviam ser modeladas pelas práticas regimentais. Frequentemente, a uniformização do homem e da sua unidade dependia das características do recrutamento, do comando, da diversidade de práticas aculturantes, ligadas ao lugar e às zonas de destacamento, aos meios materiais e às circunstâncias (Coelho, 1998, 239). No quotidiano, podem-se aplicar dois princípios fundamentais, que condicionam o uso do uniforme:

- Separar, para impor a ética militar e o senso de hierarquia.
- Unir, para tornar visível um senso de pertença comum, o espírito de corpo.

Assim, o uniforme é paradoxal, porque gera níveis de distinção, da sociedade civil, entre as próprias Armas de um exército e entre a elite e as tropas comuns, e porque também faz surgir um senso de conformidade, através das hierarquias, do espírito de corpo e da noção de coletivo. A hierarquia exige a aplicação de regras estritas no domínio do vestuário militar, ou seja, os uniformes básicos dos oficiais, sargentos e soldados tenderam a ser similares, mas os paramentos, os acessórios e os distintivos marcariam a diferença. A unicidade, a uniformização, tornam-se num espelho de obediência e eficácia. Quando a estrutura de topo, ou seja, o aparelho de Estado e as cadeias de comando, falha, o conceito acima referido torna-se de difícil aplicação e o desleixo surge.

3. A Guerra, verdade do uniforme

A guerra e as suas campanhas revelam a verdade do uniforme, na sua funcionalidade, é o campo de experiências onde por vezes se revelam os caprichos dos decretos de fardamento, é aonde se vê a sua resistência aos condicionalismos aleatórios do clima, os excessos do uso ou a pura e simples inadaptação. Os tecidos podem favorecer o corte e o feitio, mas os tintos tendem a ceder perante o desgaste, face aos rigores do clima, às marcas que a terra deixa, mais o fogo, o sangue, o suor, a urina, o sol, a pólvora. A descoloração geral é rápida, os uniformes tomam um tinto indefinível, os azuis esverdeiam, os vermelhos resistem, mas esmaecem e tornam-se acastanhados, os alvadios ficam amarelados e irreversivelmente sujos. Para o soldado em campanha, (e o português não era exceção) contava sobretudo ter a barriga cheia, a astúcia e o expediente de se abastecer um pouco por todo o lado, quando a intendência falhava. No caso do soldado de infantaria, este devia velar pelos seus pés e conseqüentemente pelo calçado (Em 1917 e 1918, as tropas portuguesas na Flandres vão padecer de *pés frios*, doença surgida pela má qualidade dos botins de ordenança, que apodreciam e deixavam os pés do soldado imersos em água pútrida e lama, durante dias a fio. Isto levava, por vezes, a gangrenas e conseqüentes amputações). Com chuvas intensas, as águas encharcavam os uniformes, mesmo com capotes e oleados, restando ao soldado aguentar estoicamente e proteger a cabeça com uma pesada barretina, que mais pesada se tornava, conforme os feltros ou os couros se encharcavam. Quando o clima deteriorava as peças mais vulneráveis do uniforme (fardas, casacos, jaquetas e calças), o soldado fazia prodígios de costura, mesmo usando materiais dos locais onde decorria a campanha. Uma necessidade constante do soldado era e é a roupa interior e o problema que se tornava a sua lavagem ou reposição, já que o uso prolongado de roupas interiores sem muda, implicava o surgimento de doenças à base de micoses e viroses. Um uniforme desconfortável, pesado e justo, como os que caracterizavam os exércitos de há 100 anos teria sido um suplício para o soldado em marcha a pé, a cavalo ou na carreta de artilharia. As lãs grosseiras dos uniformes sufocavam as tropas debaixo de intenso calor, ou ensopavam-se com as primeiras chuvas, causando uma terrível sensação de desconforto. Era nesta situação que o soldado tinha de entrar em combate, por vezes já profundamente desmoralizado (Coelho, 1998, 240-241).

4. Os Uniformes do Exército Português – a República, a savana e as trincheiras

O Exército Português, no seu primeiro plano de uniformes da República, em 1911, adotou um figurino marcadamente francês, mas que não escapou a críticas, até contundentes.

Apesar de longo, transcrevemos o escrito por um anônimo na Revista de Infantaria, em Outubro de 1911 e do qual teceremos algumas considerações e reflexões:

Sendo um plano de uniformes para um exército, não só de uma república democrática, mas também para um exército que poucos dias antes tinha passado a ter a feição puramente miliciana, nós sempre supusemos que esse plano teria uma orientação bem definida e nitidamente clara, que seria a da simplicidade. (...) Nós porém, queríamos ainda mais qualquer coisa do que a simplicidade; queríamos a verdadeira uniformidade de traço para todas as armas, para todos os serviços, para todos os militares, enfim. A única diferença que admitíamos era a dos emblemas das especialidades de cada um (...).

Nestas condições não pode causar admiração a estranheza que os actuais uniformes nos causaram, porque a sua variedade infinita de cores e a extravagância dessas próprias cores, a diversidade de artigos e impropriedade de muitos eles ressaltam logo à primeira vista, ao primeiro relance. É um plano de uniformes que se pode já considerar envelhecido e que já está a pedir rápido e pronto remédio porque há nele muita fantasia, muita mirabolância, muito artigo caro e muito artigo impróprio ao fim que se destina.

O figurino francês foi evidentemente o inspirador da comissão que organizou esse plano e esta circunstância é simplesmente para lamentar por duas razões que passamos a expor. A primeira de essas razões consiste na vulgarização dos uniformes franceses entre nós pelas corporações de bombeiros de muitas das nossas cidades e vilas, pelo pessoal dos correios, pelas mais sertanejas filarmônicas, pela polícia e até criados comerciais de casas comerciais importantes. Apresentar nestas condições os oficiais do exército com um uniforme igual, é estabelecer um confronto que muito os há de desprestigiar no conceito popular. Os barretes, tanto de oficiais como de praças pret, sendo cópia fiel de kepi francês, é uma coisa lastimosa pela condição servil da imitação e pela confusão que vai lançar entre eles e todas as mais corporações, filarmônicas e entidades que já usam idêntica cobertura de cabeça.

As dragonas são também filhas do mesmo espírito de imitação, mas e então estas têm mais o inconveniente de agravarem seriamente o magro soldo do oficial e a Fazenda Nacional, porque são um artigo caro e de fácil inutilização.

A outra razão que nos leva a lamentar que o figurino francês fosse o orientador da comissão, reside no facto dos seus ilustres membros se deixassem seduzir por um figurino já desprezado pelos franceses, apesar de tradicional, nacional, típico, genuinamente francês. Passarmos, pois, a usar nós o uniforme que uma nação já despreza e que me breve abandonará, dá uma tal nota de espírito de imitação, que é o espírito dos macacos, e de falta de concepção que só nos pode desprestigiar no conceito dos estrangeiros, porque só pode encarado como uma prova de decadência.

Se em lugar de tudo isso se tivesse adoptado um uniforme simples, elegante, sério, sem fantasias nem mirabolância, nem esquisitas e até ridículas imitações, ter-se-ia feito uma obra que estaria no espírito da época, que satisfaria as necessidades do serviço e que não agravaria a situação económica de ninguém (...).

Ao calçado andam ligadas as grevas, que é uma novidade da nossa legislação. A crítica de este artigo é fácil de fazer. Os seus 2 metros de comprimento e a necessidade de exigirem uma aprendizagem muito especial para bem se colocarem é o bastante para as condenar. São um bom artigo para quem as souber colocar bem, mas também são uma coisa condenável para quem as não souber enrolar, porque se ficarem muito apertadas dificultam a circulação do sangue e se ficarem largas ou chegam a cair ou perdem as suas qualidades. Além disso são de uma colocação demorada e longa e portanto impróprias para o serviço de campanha.

As grevas tiveram a sua época há questão de 10 anos, quando foram usadas pelas tropas inglesas que entraram na campanha sul-africana. Os nossos legisladores foi aí por certo que se inspiraram para dotar o exército com esse artigo, mas, se assim foi, forçoso é reconhecer que se deixaram atrasar porque a polaina de correia as veio suplantar. Há, porém, uma coisa que nós não chegamos a compreender. A polaina também obteve o seu triunfo, porque foi adoptada para as tropas montadas, mas sempre desejaríamos que alguém nos dissesse qual a razão porque não se generalizou à infantaria. Em matéria de calçado vê-se que o figurino preferido foi o inglês, e figurino actualizado, com excepção das grevas de infantaria, que já pertencem a figurino antiquado. Ora, pois, modernizemo-nos em tudo, ponham-se as grevas de parte e torne-se a polaina extensiva à infantaria.

E assim se fizer, prestar-se-á um relevante serviço à infantaria.

O figurino inglês foi também seguido na parte que diz respeito ao chapéu. Pela sua forma, pelo seu feitio e enfim pelo seu todo vê-se que se trata da cópia servil do chamado chapéu de explorador ou de caçador de leões. É o chapéu que usam as tropas que destacam para as colônias; é o chapéu dos países quentes. Esta razão é o bastante para mostrar os grandes serviços que prestará na Guarda e em Bragança quando as tropas de estas localidades tiverem no pino do Inverno de sair dos seus quartéis sob as formidáveis nevadas que ali são frequentes.

...Deixemo-nos de fantasias e de coisas ridículas.”

Esta transcrição, pese a extensão, torna-se pertinente ao retratar uma visão muito crítica sobre o novo plano de uniformes de 9 de Agosto de 1911. Apesar de ser um artigo sem autor identificado, verificamos a contundência sobre a adoção de um figurino estrangeiro, neste caso o francês, mais por afinidades políticas do que por uma real necessidade de mudar o sistema uniformológico em uso. Tal já não era novo, já que na monarquia as revistas da imprensa militar eram bastante críticas quanto às opções tomadas na elaboração dos sucessivos planos de uniformes, e pelas mesmas razões do que este artigo aponta, sobretudo no respeitante ao sacrifício de aspetos práticos e económicos em favor de tornar a aparência das tropas num projeto político. Em busca dessa influência gaulesa e tomando como referência fotografias do exército francês da época, abundantes em buscas online, partimos para uma breve análise do plano de uniformes de 9 de Agosto de 1911 nas suas componentes descritivas. Sabemos que a realidade dos decretos poderia não ter correspondido à realidade dos quartéis e dos próprios materiais, saídos das oficinas dos arsenais, muitos deles agora em museus ou na posse de colecionadores. Felizmente, colecionadores existem que viabilizam e divulgam, com o suporte da investigação das fontes, essas realidades afastadas do denso discurso legislativo. Não tendo a posse dos objetos de coleção a época em questão permite-nos fazer a busca da verdade uniformológica através do recurso à fotografia. E é recorrendo a esses exercícios de comparação que se pode constatar a forte influência francesa que o artigo acima citado refere.

4.1 Os Planos de Uniformes de 1911 e 1913

No plano de uniformes de 9 de Agosto de 1911, apesar do grande número de artigos de fardamento abordados e ilustrados, alguns sobressaem de imediato corroborando a atribuição de uma forte influência francesa a esta legislação e que o autor anónimo da Revista de Infantaria, no número de Outubro de 1911, tanto critica. Começamos, pelo exemplo mais flagrante que era o 1º barrete para oficiais, representado na Estampa XV, figuras 127 a 130 do referido plano de uniformes. Este artigo, para lá da inspiração, era na realidade muito semelhante aos mesmos tipos de quélpis franceses em uso na época.

Em França este modelo ainda perdurará na I Grande Guerra, mas posteriormente serão substituídos pelos modelos de tampo rígido que ainda se usam até hoje.

No vestuário surgem vários artigos como o casaco, destinado aos corpos de oficiais e que tinha forte inspiração nos modelos vigentes no exército francês. Também nos dolmans, nas suas diversas variantes, se verificavam aproximações aos modelos franceses. Mas esta inspiração fiel do ideário francês não se ficou por aqui. Os dolmans de serviço dos oficiais adotaram este estilo e estética. Assim, para todos os oficiais foi concebido o designado dolman de serviço, representado na Estampa XVIII, figura 149. Para os sargentos e praças fora concebido um 1º dolman (no equivalente a um grande uniforme) para paradas, ocasiões cerimoniais ou de saída. Dada a sua natureza cerimonial, era confeccionado em pano azul ferrete, de abotoadura vertical com seis botões de metal amarelo. Tal como para os oficiais, as golas variavam de cor e distintivo segundo as Armas e Serviços. O toque principal do estilo francês era a previsão do uso de dragonas com franja de lã, para o que existiam duas passadeiras sobre os ombros da peça. O serviço de campanha de sargentos e praças seria feito com o dolman de serviço, representado nas figuras 172 e 173 do plano de uniformes. A isto se associava o uso das grevas para as tropas apeadas. O modelo de barrete da figura 157, na prática um bivaque para uso dos oficiais também tinha uma correspondência, não tão evidente, em artigos franceses.

O artigo que sobressai pela sua novidade é o denominado *chapéu*, que se encontra representado nas figuras 155 e 156 da Estampa XXI do plano de uniformes de 1911. Um artigo de aparência invulgar, de que não se vislumbra uma inspiração clara e uma bizzaria para alguns. O artigo anónimo da Revista de Infantaria que já aqui transcrevemos e referenciamos aponta, de modo irónico, para uma influência inglesa e de inspiração colonial. Na verdade, esta cobertura foi modificada em 1913, inclusivamente passando a sua designação de *chapéu* para *chapéu-capacete*. O novo modelo iria ainda equipar as tropas portuguesas que foram enviadas para Angola em 1914, conforme é visível várias fotografias da Ilustração Portuguesa. Em termos comparativos surgiram-nos elementos interessantes nas experiências levadas a cabo pelo exército francês no *Tenue Reséda*, em que os quépis seriam parcialmente substituídos por um modelo de capacete em feltro gomado, de cor verde, a serem usados por oficiais, sargentos e praças, à semelhança do que foi preconizado no nosso plano de uniformes de 1911. Este paralelismo, para lá da mera inspiração estilística, leva-nos a levantar a hipótese de que os oficiais que presidiram

à comissão do plano de uniformes de 1911 teriam tido contacto com as experiências levadas a cabo em França, mas estas próprias não concretizadas.

O plano de 1911 foi um misto de ruturas e continuidades, permanecendo em serviço muitos dos antigos fardamentos e equipamentos, já que, por exemplo, se introduzia um novo 1º barrete, tipo quépi, para todos os postos, mas as praças continuavam com o 2º barrete, tipo *tachinho*, que já vinha dos tempos da Monarquia e presentes no plano de uniformes de 1892. Mais do que na Revista de Infantaria ou na Revista Militar, ao contrário do que de início esperávamos, constatou-se, que é na *Ilustração Portuguesa*, que se pode melhor registar a transição dos uniformes da Monarquia para a República e a permanência de antigos fardamentos até 1912. As fotografias dos artigos publicados, sobretudo em 1911, mostram claramente estas situações, com particular visibilidade para os uniformes dos oficiais, usando as antigas barretinas e dolmans, sendo residuais os registos onde apareçam oficiais com os novos uniformes de 1911. Nota-se, igualmente, que as tropas em operações, nomeadamente nas incursões monárquicas, usam os antigos dolmans curtos de cor cinza do modelo de 1904 e os barretes do tipo *tachinho*, poupando as barretinas e sendo evidente a ausência dos novos uniformes. Só em raras fotografias e já de meados do ano de 1912, no caso de um juramento de bandeira no Regimento de Infantaria 5 em Abril desse ano, é que surgem praças com o *chapéu* e com o novo dolman de serviço de cotim cinza, mas curiosamente sem as grevas do regulamento, usando as calças por sobre os botins, ou com os antigos arreios de couro para infantaria M/1902. É notório verificar-se que os oficiais presentes ainda estão com os antigos uniformes anteriores a 1910. É assim que se justifica o preâmbulo da Ordem do Exército de 23 de Agosto de 1913, numa perspetiva mista de realismo e de teimosia quanto a alguns artigos como o bastante criticado *chapéu* de feltro, que neste caso passa a ter a designação de *chapéu-capacete*, sofrendo algumas modificações no seu aspeto geral, e cuja utilidade prática era duvidosa quanto a durabilidade e proteção. Por outro lado o uso continuado dos antigos fardamentos, depois de 1911, e a referência à existência do seu grande número em armazém leva a que seria mais viável em termos de economia de meios a sua continuidade em termos dos regulamentos de uniformes. As convulsões políticas e militares deste período da 1ª República teriam levado a que em 1913 se note um claro afastamento do figurino francês para uma aparência mais neutra em termos de estilo e que com a entrada na I Grande Guerra, especialmente na frente da Flandres se vá verificar uma colagem aos materiais ingleses por força da logística de guerra, refletido na adoção

dos capacete de aço dos modelos de 1915 e 1916, nos dolmans de colarinhos rebaixados, cópias fiéis dos modelos britânicos, da adoção das *trenchcoats* e dos dolmans de lapelas por parte de muitos dos oficiais destacados na frente. Nas frentes africanas já não verificará este processo, mantendo-se os materiais de 1913, mas com as necessárias concessões, quando aconteciam, aos climas destas regiões do Ultramar. Esta mistura de materiais de fardamento, entre planos de uniformes e o seu não cumprimento efetivo em termos de prazos de implementação, não é nova e parecia ser endémica no Exército Português. Já em 1849, no primeiro número da Revista Militar, um artigo relativo à parada militar para a abertura das Cortes, referia o mau aspeto dado pelas tropas em desfile com os uniformes de caserna, já que haviam deixado de usar os fardamentos do plano de 1834 e ainda não tinham recebido os do recém estabelecido plano de 1848. Não se pretende, neste pequeno texto, dar uma perspetiva exaustiva ou uma transcrição estéril do plano de uniformes de 1911 e das suas modificações de 1913. Na Monarquia Constitucional verificou-se a constante adesão das comissões de elaboração dos planos de uniformes a estilos estrangeiros, regidos pela influência das potências dominantes como em 1856 e 1869 com o figurino francês, em 1885 com o ideário prussianizante e a tentativa de rutura em 1892 com uma tentativa de desenho nacional, mas que Satúrio Pires cola a uma inspiração em figurinos italianos, com as modernizações de 1904/1906 em relação aos uniformes de campanha em cor cinza. No início da 1ª República o plano de uniformes de 1911 pretende romper com os regulamentos monárquicos através da adoção de um estilo claramente associado à República Francesa, a ideologicamente mais aproximada aos governos da época e às fações mais *jacobinas* do Exército. Neste ensaio de rotura o processo acabou por padecer dos mesmos problemas que na Monarquia, as longas demoras em distribuir os fardamentos às unidades, ocasionando uma mistura de estilos e regulamentos que atentavam aos mais básicos princípios da boa aparência, a má qualidade e conceção dos materiais como era o caso do *chapéu*, cujos materiais como o feltro gomado eram extremamente vulneráveis às variações do clima, o barrete tipo quépi ou o uso de dragonas e charlateiras de confeção dispendiosa. Em 1913, com a Ordem do Exército de 23 de Agosto, não se dá uma rotura estilística total mas sim um afastamento ao ideário francês, refletindo, talvez, as mudanças na governação e nos comandos militares vigentes, aproximando-se a uma inspiração germânica e britânica. Também verificamos uma atitude de contenção financeira autorizando o uso de antigos materiais em armazém ou ainda distribuídos às tropas, substituindo-se, como já acontecia desde Outubro de 1910, os antigos distintivos monárquicos pelos republicanos. Só a guerra irá

precipitar mudanças mais significativas, provando que a verdadeira eficácia de um sistema uniformológico se testa no campo de batalha e não nas paradas.

5. Uniformes e Equipamentos em África

Os uniformes básicos das tropas enviadas para as colónias africanas eram essencialmente baseados nos regulamentos dos planos de uniformes de 1911 e 1913 e muito pouco, ou nada, preparados para campanhas em climas tropicais. Os dolmans, calças e grevas, eram fabricados num material denominado de **cotim**, misto de algodão e lã, que lhe dava um tom *sal e pimenta*, e numa versão de Inverno, confeccionado num material grosso e quente denominada **mescla**, onde a lã entrava numa proporção elevada, e cuja cor se situava num cinza médio, que tendeu a tornar-se mais azulado quando este tecido começou a ser fornecido pela Grã-Bretanha, fatores referenciados por Pedro Soares Branco, colecionador e investigador na área da uniformologia, numa uma visão destas questões elaboradas a partir da posse de materiais originais de coleção e uma cuidada sistematização da legislação com as imagens apresentadas (vejam-se os trabalhos de Pedro Soares Branco em 2014, *Uniformes do Corpo Expedicionário Português* e em 2015, *Uniformes do Exército Português 1913-1919*). Os graus hierárquicos eram constituídos por galões dourados retos e colocados na parte inferior das mangas ou nas platinas dos casacos e dolmans dos oficiais, com o uso de estrelas para Oficiais-Generais. Os sargentos usavam divisas de pano azul claro assentes em platinas de lã preta ou azul escura inseridas nas passadeiras dos dolmans e os cabos seguiam esta regra tendo divisas da mesma cor. As distinções dos Corpos eram colocadas nos colarinhos dos casacos e nas coberturas de cabeça, assim como os números regimentais, estes também fixos às partes superiores das mangas dos casacos. As tropas nativas usavam uma variedade de vestuário que oscilava entre as peças de uniforme para praças coloniais que datavam de 1900 e peças de roupa indígena. Quando eram usados uniformes, estes eram de confeção barata e mais ligeiros do que os das tropas europeias, usando jaquetas brancas ou cinza claro, calças curtas ou calções (Coelho, 2001, 15-16). Os oficiais e sargentos e praças dos corpos expedicionários partiram para África com os seus bonés de pala de cotim cinzento do modelo de 1913, mas acabaram por adotar modelos extrarregulamentares como os chapéus de abas redondas à *Boer* e capacetes coloniais de modelos franceses ou britânicos. As coberturas de cabeça das tropas expedicionárias a África consistiram inicialmente no chapéu – capacete do modelo de 1913, uma cobertura algo bizarra com reminiscências do capacete de 1885-1892 com traços de boné colonial. Confeccionado

com uma armação de couro e cartão moldado, era revestido com uma versão da mescla cinzenta usado nos uniformes, e possuía furos de ventilação passiva no topo, o que não o impedia de ser inadequado para os climas africanos, extremamente vulnerável ao calor e incómodo de usar. Para o serviço de quartel as tropas europeias usavam os pequenos bonés de caserna redondos, sem pala, denominados na gíria militar de *tachinhos*, geralmente feitos em pano azul ferrete ou cinza escuro, com uma banda de pano a meio da altura, ostentando a cor dos respetivos Corpos. Conforme as tropas se foram posicionando no teatro de guerra, os soldados portugueses foram-se adaptando e improvisando soluções para minorar os efeitos do clima como por exemplo o uso dos velhos chapéus de aba redonda que já haviam sido usados nas campanhas africanas de finais do século XIX ou adotando bonés de estilo colonial, fora do regulamento. As tropas nativas cobriam-se essencialmente com bonés de tipo Zouavo ou Fez, geralmente encarnados ou cinza com pendente e borla, modelos já em uso desde 1900. Os corpos ou unidades indígenas de carácter mais irregular usavam coberturas variadas que iam desde modelos militares a coberturas civis ou mesmo de estilo étnico. Os equipamentos regulamentares dos oficiais basearam-se no sistema britânico *Sam Browne*, consistindo num cinturão largo de couro castanho com fivela de latão de dois dentes e com várias presilhas, também de latão, para suspender o coldre da pistola ou revólver e a espada ou sabre. Este cinturão era complementado por um talabarte estreito com fivela, igualmente de couro castanho que atravessava o tronco. Os cantis, cobertores de campanha e outros materiais de combate eram os regulamentares das fileiras, à exceção dos binóculos, fornecidos somente a oficiais e sargentos. Os soldados usavam o equipamento de modelo anterior ao das tropas da metrópole que era constituído por um cinturão de couro preto com fivela de latão e com arreios também de couro preto e presilhas de latão do tipo M/1902. Ao cinturão fixavam-se frontalmente duas cartucheiras do modelo de 1888/1906 de couro polido preto e presilha de botão metálica, sendo estas ocasionalmente secundadas por uma patrona de modelo antigo para reforço de cartuchame, posta à retaguarda do cinturão. A este equipamento de combate básico fixava-se a mochila de couro, um cobertor de lã, a marmita, o cantil e a baioneta, suspendendo-se do ombro o bernal de lona para a ração diária (Coelho, 2001, 17-21). Versões simplificadas deste material eram fornecidas às unidades regulares de tropas nativas, juntamente com modelos obsoletos de bandoleiras de munições para armas como as velhas *Martini – Henry*, *Peabody* ou *Snider M/1874*, ainda em uso por aqueles contingentes. O armamento padrão para os oficiais destacados em África era a pistola automática *Luger ParaBellum*

de calibre 7,65 m/m e ocasionalmente o velho revólver *Abadie* de 9 m/m. As tropas de infantaria, artilharia e engenharia eram equipadas com a espingarda regulamentar com fecho de ferrolho *Mauser – Vergueiro* de calibre 6,5 m/m e respetivo sabre – baioneta. A cavalaria, para além da pistola e do revólver dos modelos referidos anteriormente, usava o sabre do modelo de 1892/1911 e a carabina de fecho de ferrolho *Mannlicher* de calibre 6,5 m/m. A artilharia enviada para África era equipada com peças *Schneider-Canet* de calibre 75 m/m de tiro rápido, secundadas por pequenas peças *Hotchkiss* de calibre 37 m/m, também de tiro rápido. Alguns modelos obsoletos de peças de campanha e de montanha modelo *Krupp*, com cano de bronze e culatra de aço chegaram ainda a ser utilizadas, sobretudo o modelo B.E.M M/1882 de calibre 80 m/m. As metralhadoras pesadas, ainda integradas na Arma de Artilharia, consistiram em dois modelos, a *Vickers-Maxim* de 6,5 m/m, e o modelo mais recente da *Vickers* com o calibre 7,7 m/m. Os corpos irregulares ou companhias independentes nativas, para além do armamento referido acima, usavam armas características das suas etnias como machetes, lanças, azagaias e algumas armas de fogo de pólvora negra, algumas ainda de pederneira.



1 – Capitão do 1º Esquadrão do Regimento de Cavalaria 11, Angola, 1915.

Este oficial de cavalaria está uniformizado de uma maneira adaptada ao clima tropical. Usa um chapéu de abas largas de feltro castanho, conhecido como chapéu à Boer. O uniforme é constituído por um dólman de algodão de um tom branco acinzentado, assim como os calções de montar. Este fardamento é uma adaptação ao clima quente de Angola, o que não aconteceria se este oficial usasse o uniforme regulamentar de cotim cinza com que teria embarcado na metrópole. As botas são compostas por perneiras e botins de couro negro, com espora de correia. O armamento é a pistola automática Luger ParaBellum de 7,65 m/m e a espada de cavalaria do modelo de 1892.

Autoria – Sérgio Veludo Coelho



2 - Soldado regular nativo, Angola, 1915.

Para além das tropas da metrópole, o governo militar de Angola mobilizou algumas companhias regulares de tropas nativas com a intenção de formar uma 2ª linha de defesa. Os soldados nativos eram geralmente recrutados em etnias com boas relações com os portugueses. Neste caso o soldado está uniformizado com uma jaqueta à Zouavo de algodão branco e vivos encarnados de um modelo em uso neste tipo de tropas, incluindo as da Guiné, desde 1900. Uma camisa sem colarinhos e uns calções também de tecido branco completam este uniforme. Este soldado está descalço por pura e simples inadpção pessoal a calçado e por concessão do seu comandante. A sua arma é uma espingarda Steyr – Kropatschek de calibre de 8 m/m e que foi usada no Exército Português entre 1886 e 1904, passando posteriormente à 2ª linha e às colónias.

Autoria – Sérgio Veludo Coelho



3- Batedor irregular indígena, Angola, 1915.

Os batedores eram essenciais para o reconhecimento do terreno e das rotas através dos territórios coloniais portugueses, sobretudo se as cartas topográficas não estivessem completas. Além de batedores podiam executar missões de ligação entre zonas de operações, embora os homens tivessem de ser da máxima confiança dos comandos no terreno. Este batedor está vestido com um velho uniforme do Exército Português, ainda do plano de 1904, consistindo numa jaqueta de caserna de flanela cinza e com calças do mesmo material que foram encurtadas pelo seu usuário. O chapéu é civil e também está descalço pelas mesmas razões que na estampa B. A arma deste batedor é uma velha espingarda monotiro Martini - Henry, de fabrico inglês e de calibre .45. Apesar de ser uma arma do século XIX, tinha uma munição muito poderosa e era frequente vê-la como espingarda para caça grossa. A cartucheira é de modelo civil para caçadores.

Autoria – Sérgio Veludo Coelho



4- Soldado do Regimento de Infantaria 23, Moçambique, 1917 - 1918

As unidades do Exército em África a partir de 1914 iam uniformizadas com o fardamento do plano de 1911-1913 e sem quaisquer concessões aos climas tropicais. Assim este soldado aparece com o chapéu-capacete de feltro de 1913, vestido com o dólman, calças e grevas de cotim cinzento e calçado com os pesados botins de couro negro do regulamento. O equipamento é do modelo 1888-1904, em couro negro, com cinturão, arreios e duas cartucheiras de caixa para um total de 120 munições. Do lado esquerdo está suspensa a baioneta e respetiva bainha. O cantil está no lado direito, suspenso por um boldrié. A espingarda é uma Mauser-Vergueiro de calibre 6,5 m/m. Espingarda Mauser-Vergueiro, modelo de 1904 e de calibre 6,5 x 58 m/m. Arma regulamentar do Exército, serviu nas colónias africanas.

Autoria – Sérgio Veludo Coelho



5– Soldado regular nativo, Moçambique, 1917-1918

Tal como em Angola, também em Moçambique se procedeu à mobilização de companhias de tropas nativas com carácter regular. Neste caso, o soldado foi uniformizado com uma versão mais moderna e eficaz de fardamento para tropas coloniais do que o representado na estampa B. Assim a figura está coberta com um barrete de tecido cinza, característico das praças nativas deste período. O dólmán e as calças curtas, de recorte simples, são feitas em algodão cinza claro. As grevas e as sandálias de couro, negro ou castanho, completam este uniforme, que aqui se apresenta para inspeção ou parada, já que em campanha, estas tropas dispensavam, se autorizadas, o desconforto das grevas e do calçado. O equipamento é o cinturão, arreios e cartucheiras do modelo de 1888-1904 em couro negro com porta-baioneta. Na parte posterior do cinturão ainda era possível fixar uma cartucheira (patrona) suplementar. Estas tropas, de 2ª linha, eram equipadas com a espingarda Steyr-Kropatschek de calibre de 8 m/m.

Autoria – Sérgio Veludo Coelho

6. A Campanha da Flandres

Apesar de já estar envolvido em duros combates nas colónias africanas desde 1914, o esforço principal do Exército Português na Primeira Grande Guerra foi, sem dúvida, na Frente Ocidental. A declaração de guerra entre Portugal e a Alemanha em Março de 1916 levou o Governo e o Exército Português a preparar um corpo expedicionário de grandes dimensões, com duas divisões de infantaria, corpos de artilharia, cavalaria e engenharia para uma intervenção na França. Todos os níveis de reservistas foram chamados ao serviço e deu-se início à mobilização sistemática de cidadãos para as fileiras, sendo as tropas acantonadas no campo militar de Tancos, para o treino e a preparação para combate. As duas principais forças que foram criadas organicamente para partir para França foram o Corpo Expedicionário Português, (C.E.P.), onde se incluía o Corpo de Artilharia (C.A.P), e o Corpo de Artilharia Pesada Independente (C.A.P.I.), este para atuar integrada nas guarnições de artilharia pesada francesa, nas peças de alto calibre assentes em ferrovia. O C.E.P, cujas áreas operacionais seriam situadas na frente da Flandres francesa, estariam situadas especificamente entre St. Venant e Fauquissart. As primeiras tropas portuguesas embarcaram a 26 de Janeiro de 1917, tendo como destino os portos de Brest, e ali desembarcados seriam transportados por via férrea para Aire, uma zona de concentração de tropas a 30 km das linhas da frente. Entre Fevereiro e Abril de 1917 já se encontravam em França dezasseis batalhões de infantaria e cinco baterias de artilharia de campanha, num processo de formação das duas divisões, embora na prática só uma fosse ocupar as posições na frente enquanto a outra permaneceria em reserva.

O Quartel General da Primeira Divisão do C.E.P situava-se em Lestrem e as quatro brigadas que a compunham estavam posicionadas em Neuve -Chapelle, Ferme du Bois e Mametz. A Segunda Divisão tinha o comando em La Gorgue e as brigadas em Fleurbaix e Fauquissart. A zona de frente onde foram posicionadas as tropas portuguesas foi designada de Sector Português da Flandres e estava integrada nas linhas que compunham o Primeiro Exército Britânico, numa extensão de 10 a 11 km, dentro dos 50 km entre linhas inglesas e portuguesas. O Primeiro Exército Britânico estava entre o Segundo Exército Britânico a Norte e o Quinto a Sul. A frente defendida pelo C.E.P. nunca excedeu os 18 km, uma área dificilmente defensável por somente duas divisões e, apesar da extensão do sector português, este era bastante estreito e tornava-se num dos eixos de penetração de qualquer ofensiva alemã que visasse alcançar os portos do Canal da

Mancha. Os efetivos do C.A.P foram inicialmente enviados para Inglaterra para serem treinados no manejo das peças de artilharia pesada britânica que iria ser fornecida a Portugal, nomeadamente os obuses *Vickers QF* de 4,5 polegadas. Quando as tropas portuguesas chegaram às suas posições, em substituição de vários batalhões britânicos, encontraram uma bem estabelecida rede de trincheiras e fortificações, prontas a ser usadas pelas novas guarnições. A integração dos soldados portugueses na frente da Flandres foi uma tarefa árdua e difícil, pois estes homens, vindos de um país de climas suaves, foram enfrentar Invernos longos e rigorosos, com muita chuva e temperaturas baixas. A manutenção e limpeza do armamento era essencial, sobretudo nas condições insalubres das trincheiras. Nevoeiros e chuvas quase diárias transformavam os solos e pavimentos das trincheiras em autênticos lodaçais pantanosos. As trincheiras rapidamente se tornaram, aos olhos das tropas do C.E.P., em locais horríveis para se viver e morrer. Cada brigada de infantaria portuguesa era composta por dezoito batalhões, mais tarde reforçada com quatro unidades similares. O apoio de artilharia divisionária tinha um efetivo de seis grupos, cada um com três baterias de peças de campanha de 75 m/m, na maioria modelos franceses como a *Tir Rapide TR75* ou a *Schneider-Canet M/1917*, substituindo as M/1904 da metrópole, do mesmo calibre mas com munição ligeiramente diferente, e uma bateria de obuses de 11,4 cm de fabrico britânico. Para além da artilharia divisionária, o C.A.P seria equipado com obuses britânicos de 6 e de 9,8 polegadas, estando ainda um contingente de artilheiros portugueses a operar peças navais francesas de 380 m/m montadas em vagões ferroviários, formando o Corpo de Artilharia Pesada Independente (C.A.P:I). Os esquadrões de cavalaria enviados para França foram posteriormente convertidos em companhias de infantaria ciclista, mantendo-se algumas unidades a cavalo para serviços de patrulha e polícia. O Corpo de Engenharia foi composto por duas companhias de sapadores, uma companhia de holofotes, um batalhão de sapadores mineiros e uma companhia ferroviária. Os sistemas de comunicações estavam a cargo de três companhias de telegrafia convencional, uma estação de rádio e um serviço de pombos correios. Com a chegada à frente, as tropas portuguesas foram sendo equipadas com viaturas motorizadas, principalmente carros de comando, camiões para reboque da artilharia e ambulâncias. A 15 de Dezembro de 1917 foi criado organicamente um Corpo Aéreo do Exército, composto por um Quartel General e três esquadrões cujo efetivo era de trinta pilotos e trinta mecânicos, todos eles voluntários. Enviados para unidades de treino francesas, aguardaram pela chegada de aparelhos a serviço do C.E.P. o que não veio a acontecer. No entanto, os pilotos e mecânicos vieram a integrar esquadrões de caça

franceses, tendo alguns pilotos morrido em combate e recebido a Croix de Guerre. O C.E.P. tinha ainda uma extensa rede de serviços baseada no Quartel General do Primeiro Exército Britânico, nomeadamente os hospitais e parques de ambulâncias. Os serviços médicos e de saúde básicos eram sediados a nível de batalhão e os hospitais de campanha estavam colocados em Merville e St. Venant. Os parques de ambulâncias estavam em Epinette, Vieille Chapelle e Zelobes, donde saíam nas arriscadas missões de resgate de feridos, sempre debaixo de constantes bombardeamentos. As reparações de material de guerra e de equipamentos eram feitas por equipas de trabalho em oficinas de campanha na retaguarda (Coelho, 2001, 26).

6.1 A Campanha da Flandres – o teatro de guerra

Entre 1917 e 1918 a frente ocupada pelo C.E.P. foi assediada por inúmeros ataques e raides por parte dos Alemães, causando bastantes baixas no Sector Português, mas apesar das dificuldades de adaptação à guerra de trincheiras, as tropas portuguesas conseguiram conter as investidas do inimigo até Abril de 1918 e até contra atacar com alguma frequência. No entanto, logo no início do posicionamento do C.E.P., a 31 de Maio de 1917, um ataque alemão levou ao aprisionamento de vários soldados portugueses, fruto da inexperiência destes últimos. Em Junho sucederam-se os combates entre portugueses e alemães, que resultaram em dezoito mortos, vinte e cinco feridos e trinta e quatro gaseados no lado do C.E.P. e um número indeterminado de baixas no adversário. Contudo a capacidade de resistência dos portugueses foi marcante e mereceu uma citação de felicitações do General Harding, comandante do XI Corpo Britânico. Um mês depois novos ataques alemães foram lançados e numa das ocasiões um desses ataques foi rechaçado pelo destemido contra-ataque levado a cabo pelo Alferes António Ernesto de Almeida e pelas tropas sob o seu comando. Às primeiras horas de 14 de Agosto de 1917 um ataque alemão de elevadas proporções veio sobre os sectores portugueses de Neuve Chapelle e Fauquissart, tentando romper o dispositivo que o C.E.P. ali mantinha. As unidades portuguesas mais pressionadas foram os batalhões dos Regimentos de Infantaria 15 e 35, mas os seus soldados resistiram e defenderam com sucesso aquelas posições. Até ao fim de 1917 este foi o tipo de campanha que as tropas portuguesas tiveram que enfrentar, num misto de acções defensivas e ofensivas, atacando os postos alemães. Foi o caso do 21º Batalhão português que, tomando de assalto as linhas alemãs, conseguiu capturar um oficial e cinco soldados do inimigo, operação altamente elogiada pelos

quartéis – gerais português e britânico, porque a tomada de prisioneiros alemães era uma tarefa difícil. O ano de 1918 foi o mais amargo para o Corpo Expedicionário Português, devido, em primeiro lugar, ao aumento da atividade alemã na Flandres, lançando ataques e ofensivas desesperadas para conter o avanço dos Aliados, estes com o recém-chegado apoio americano e, em segundo lugar, devido à grande ofensiva germânica de Abril de 1918, que pretendeu romper a linha anglo – portuguesa em direção à costa do Canal da Mancha. A 9 de Abril de 1918, pelas primeiras horas da madrugada, as tropas alemãs começaram a concentrar-se no eixo de aproximação às linhas portuguesas e às do Primeiro Exército Britânico, para iniciar uma ofensiva em larga escala com o apoio de uma barragem de artilharia pesada. As forças germânicas eram compostas pela 1ª Divisão Bávara e a 8ª Divisão Alemã na vanguarda, com o apoio da 42ª Divisão e com as reservas asseguradas pelas 12ª, 8ª e 81ª Divisões do Exército Alemão, representando efetivos de largos milhares de soldados, prestes a lançarem-se contra o que supunham serem os sectores mais enfraquecidos da frente aliada. Quando a ofensiva foi iniciada, o sector da 2ª Divisão Portuguesa foi dos primeiros a sofrer o embate das tropas alemãs. O C.E.P. não estava à espera de um ataque desta amplitude, já que a articulação entre a barragem de artilharia e o avanço da infantaria alemã foi tão rápido que apanhou de surpresa os Aliados. O primeiro objetivo foi o quartel-general português em Lestrem, destruído pelos bombardeamentos alemães. As tropas portuguesas, que estavam esgotadas, foram rapidamente esmagadas e as linhas do C.E.P. começaram a ceder. Várias companhias de infantaria, em retirada perante a força do avanço alemão, começaram a diluir-se nas unidades do XI Corpo de Exército Britânico e o efeito da surpresa, do poder de fogo e da rapidez do avanço inimigo levou à captura de vários milhares de soldados portugueses. Só as companhias de sapadores e as baterias de artilharia pesada do C.E.P. permaneceram e resistiram como unidades organizadas, mas, apesar do caos que se espalhava pelas linhas portuguesas, algumas companhias de infantaria resistiram até às 11 horas da manhã do dia 9 de Abril, situação confirmada por relatórios alemães que elucidavam não esperar tantas dificuldades naquele sector. Na verdade, o ataque alemão não chegou a passar o rio Lys e os seus canais afluentes, guarnecidos pelos efetivos das 40ª e 50ª Divisões Britânicas e pelas companhias de infantaria portuguesas remanescentes. Na posição de La Couture tropas portuguesas e inglesas lutaram até ao último cartucho. Contra uma ideia posterior e generalizada de uma retirada em massa das tropas portuguesas, a resistência destas em vários pontos isolados contribuiu, juntamente com ações semelhantes das tropas britânicas, para quebrar o ímpeto inicial do avanço

alemão, dando tempo para um contra – ataque aliado e parando a ofensiva inimiga. Na batalha de La Lys morreram 398 portugueses e 6585 foram feitos prisioneiros, quebrando o C.E.P. como unidade a nível divisionário. Após esta batalha, o papel das tropas portuguesas na Frente Ocidental tornou-se desconhecida na História Militar estrangeira, tanto pela diluição dos restos do C.E.P nas divisões inglesas, como pela demora do Governo Português em substituir as tropas perdidas (Coelho, 2001, 29). Esta última situação já se verificava antes da batalha de La Lys, afetando o moral e as condições dos soldados portugueses que se encontravam nas trincheiras havia meses sem qualquer substituição, refletindo as sérias crises políticas, económicas e sociais. O caos governativo em 1918 havia levado ao poder o general Sidónio Pais, mais tarde conotado com posições germanófilas e se não tanto, havia deixado transparecer uma posição de não intervencionismo de Portugal na guerra. Assim acabaria por ser acusado de parar o envio de tropas e logística para França e de chamar oficiais superiores de volta a Portugal, deixando o C.E.P. sem uma cadeia de comando que mantivesse as tropas, como força minimamente credível. Estes factos levaram a uma progressiva decadência das estruturas do C.E.P., situação aproveitada pelos alemães a 9 de Abril de 1918.

6.2 Uniformes e Equipamento na Flandres

Os uniformes do Exército Português na Flandres baseavam-se nos modelos dos planos de uniformes de 1911-1913, com a composição básica de um casaco, dólman ou jaqueta de colarinho alto, botões ocultos por pestana e dois bolsos de chapa ou ocultos à altura do peito, um de cada lado. Alguns oficiais, já na Flandres, decidiram seguir a moda inglesa e mandaram fazer dolmans de lapelas, com dois bolsos de chapa no peito e dois bolsos maiores à altura da anca, usando-se esta peça com camisa e gravata. As peças posteriores consistiam em calções de montar para oficiais e calças de apertar pelo tornozelo para sargentos e praças, complementadas com grevas. Estes uniformes eram confeccionados em pano de cotim cinza médio, cor que se manteve enquanto as peças foram fornecidas pelas indústrias têxteis portuguesas. Contudo, devido à falta de capacidade dessas indústrias em responder às necessidades crescentes das mobilizações e à deficiente corrente logística entre Portugal e França, os uniformes das tropas portuguesas acabaram por ser feitos em oficinas inglesas. Apesar do corte básico dos fardamentos ter sido preservado, o tecido usado diferia no tom de cinza que se tornou mais azulado, o que levou a uma certa semelhança com os uniformes alemães. No Inverno foram distribuídos

capotes e sobretudos feitos em pano grosso de mescla cinza, mas foi frequente as tropas portuguesas usarem peças de origem civil que refletiam as origens dos soldados em relação às várias regiões de Portugal, sendo comum surgirem em fotografias soldados com pesados capotes de pelo de carneiro das zonas montanhosas do país. Também se podem ver registos de oficiais usando gabardinas à inglesa ou casacos de voo em couro, provavelmente negros ou castanhos. A cobertura de cabeça para serviço e comum a todos os postos era o boné de viseira do modelo de 1913, feito no mesmo tecido do uniforme e ostentando à frente o símbolo da Arma e a numeração da unidade. Usaram-se igualmente alguns bivaques, também do plano de uniformes de 1913 e ocasionalmente os antigos tachinhos que eram bonés cilíndricos, sem pala, feitos em pano azul ferrete, tendo a meio da altura uma faixa de pano com a cor do respetivo corpo e à frente o número regimental em metal amarelo. As primeiras proteções de combate para a cabeça foram os capacetes britânicos do modelo de 1915 com o casco canelado e foram posteriormente suplementados com o capacete, também britânico, do modelo de 1916. Este era mais eficiente em termos dos materiais usados e tinha o casco liso, sendo um capacete mais amplo, apertando ao queixo com uma correia de couro castanho e fivela de latão. O calçado para os oficiais era geralmente composto por botas de montar compósitas, ou seja, um par de botins de couro negro a que eram sobrepostas perneiras do mesmo material, apertadas com fivelas ou cordões cruzados. As restantes tropas eram dotadas de botins de couro negro ou castanho cuja qualidade era baixa, principalmente em termos de impermeabilidade, o que se veio a verificar nas trincheiras, constantemente cheias de lama pútrida e húmida. Com este tipo de botas, que apodreciam rapidamente naquele tipo de ambiente, os soldados começaram a padecer de uma enfermidade designada de pés frios: pela exposição prolongada dos pés naquele tipo de solo insalubre, começavam a sofrer de micoses, viroses e lacerações, que culminavam em gangrenas e invariavelmente em amputações. O problema viria a ser parcialmente resolvido com a dotação de calçado britânico. O equipamento básico dos oficiais era universalmente conhecido como Sam Browne, tinha influência inglesa e consistia num cinturão largo de couro castanho, com fivela de dentes duplos em latão e várias presilhas do mesmo material para suspensão de materiais. Um talabarte de couro castanho cruzava o tronco ligando-se ao cinturão, ajustando-o melhor à cintura. A este conjunto fixava-se o coldre com a pistola regulamentar, uma bolsa para cartuchos ou carregadores, eventualmente a espada, na altura já quase remetida a um papel cerimonial e um jogo de binóculos de campanha, sendo o restante equipamento, como o cantil, o bernal e o conjunto da máscara anti-gás

semelhante aos das fileiras. Os sargentos e praças estavam já equipados com o sistema de infantaria inglês (1908 *pattern infantry equipment*) desde 1912 e que consistia num conjunto de cinturão, arreios verticais e cartucheiras para 150 munições, feito em lona grossa de cor creme esverdeada (*khaki*). A este sistema, concebido para ser ergonómico e prático, podia ser fixada em presilhas na parte posterior dos arreios a mochila com cobertor ou sobretudo, marmitta e partes suplementares do uniforme como um par suplementar de botas. No cinturão, que era bastante largo, era possível suspender-se o bernal, o cantil, a pá de trincheira e a bainha da baioneta. Todo este conjunto era ajustável ao corpo mediante o regular dos arreios verticais através de francaletes e fivelas de correr. Em algumas fotografias da época é possível verem-se soldados com bandoleiras de couro inglesas do modelo de 1903 (*pattern 1903 bandolier equipment*), que continha cinco cartucheiras com dez munições cada para a espingarda regulamentar, parecendo ser usada como equipamento aligeirado de patrulha. Devido a exigências de padronização com o material britânico que era fornecido ao C.E.P., a espingarda *Mauser-Vergueiro*, que era regulamentar em Portugal e nas colónias, foi substituída pela famosa *SMLE Lee-Enfield* de calibre 7,7 m/m, de fecho de ferrolho, e com sabre-baioneta. O inventário de metralhadoras e morteiros também tinha origem britânica, consistindo nos modelos *Vickers 7,7 m/m* para metralhadoras pesadas, na *Lewis*, igualmente em calibre 7,7 m/m, como metralhadora ligeira de apoio próximo, ambas com o mesmo calibre da espingarda *Enfield* e ainda os morteiros *Stokes* e *Newton* com calibres de 60 e 81 m/m com alcances médios de 800 metros (Coelho, 2001, 34-39). Curiosamente a pistola para oficiais que substituiu a *Luger ParaBellum*, usada na metrópole, foi a *Savage* de calibre 7,65 m/m, de fabrico americano, uma arma muito inferior ao revólver *Webley* usado pelos britânicos. As tropas foram ainda dotadas de granadas de mão, nomeadamente modelos N^o 5 *Mills* e N^o 34, tipo ovo. Os equipamentos de rádio, rádio – telefone e de telegrafia eram de vários modelos, com destaque para os fabricados na Suécia pela *Ericsson*.



6 – Capitão do Batalhão de Infantaria 35, Flandres, 1917-1918.

Muitos oficiais, sargentos e praças do C.E.P, quando na Flandres, supriam as deficiências de fardamentos e equipamentos regulamentares com a adaptação de materiais de maior eficácia. É o caso deste capitão de infantaria que trocou o capote de mescla cinza do plano de uniformes por um mais confortável modelo extrarregulamentar feito em lã de carneiro negro, mais eficaz contra as baixas temperaturas da Flandres. O uniforme que aqui não é completamente visível, compunha-se de dólman comprido com dois bolsos à altura do peito e dois, maiores, ao nível da anca, calções de montar, sendo todo o conjunto em pano cinza. Os galões, de três faixas de ouro neste caso, eram aplicados nas mangas do dólman, na zona do antebraço. As botas são compostas por perneiras e botins de couro negro. Como atributo da graduação, este oficial segura um pingalim de madeira. A pistola automática *Savage* de calibre 7,65 m/m. foi distribuída aos oficiais do C.E.P. para substituir as pistolas *Luger*, que eram regulamentares nas Forças Armadas Portuguesas, mas usadas pelo inimigo na Frente Ocidental.

Autoria – Sérgio Veludo Coelho



7 – Tenente de Artilharia de Campanha, Flandres, 1917/1918.

Este oficial de artilharia está equipado em ordem de marcha de artilharia montada para embarcar para França. Leva o sistema de cinturão e talabarte inglês *Sam Browne* a que está fixado o coldre com a pistola automática Savage 7,65 m/m, o sabre regulamentar e o cantil de campanha, que está suspenso por outro talabarte ou boldrié. Uma mochila de couro com pertences pessoais e um sobretudo, coberto com uma capa de oleado foi fixa ao cinturão através de arreios de couro castanho. O uniforme provém dos planos de 1911/1913, com as alterações de 1916, composto por boné de pala, dólman e calção de montar em cotim cinza, aqui na versão em que os galões são colocados nas passadeiras do dólman e não nas mangas. As botas são do modelo de perneira de couro e botim de couro negro com espora de correia.

Autoria – Sérgio Veludo Coelho



8 – Soldado do 1º Batalhão do Regimento de Infantaria 15, Flandres, 1917-1918.

Este soldado está dotado com o capacete inglês MK I como proteção de cabeça contra, sobretudo, estilhaços. O seu uniforme ainda é o com que partiu de Portugal, de origem no plano de uniformes de 1913. O equipamento consiste no sistema de infantaria em lona amarelada, adotado pelo Exército Português em 1911 e 1912, a partir do tipo britânico de 1908, e neste caso está montado em versão de combate, somente com cartucheiras, cantil, bernal e porta-baioneta. Está armado com a espingarda *Lee – Enfield SMLE MkIII*, de calibre 7,7 m/m

Autoria – Sérgio Veludo Coelho



9– 1º Cabo Socorrista das Companhias de Saúde, Flandres, 1917-1918.

As companhias de saúde eram essencialmente compostas por sargentos, cabos e praças socorristas, maqueiros e condutores de ambulâncias, enquadrados por oficiais médicos. Uma das principais missões destas companhias era a de prestar assistência aos feridos ainda no campo de batalha, fazer a triagem e encaminhar os casos mais graves para os hospitais de campanha e para os hospitais centrais na retaguarda. Apesar de não andarem armados, a tarefa das tropas do serviço de saúde era muito arriscada, pois era levada a cabo debaixo de fogo. A única defesa destes homens era supostamente a braçadeira com a cruz vermelha e o respeito pela Convenção de Genebra. O uniforme e o capacete são semelhantes ao descrito na figura 10, mais o saco de primeiros socorros.

Autoria – Sérgio Veludo Coelho



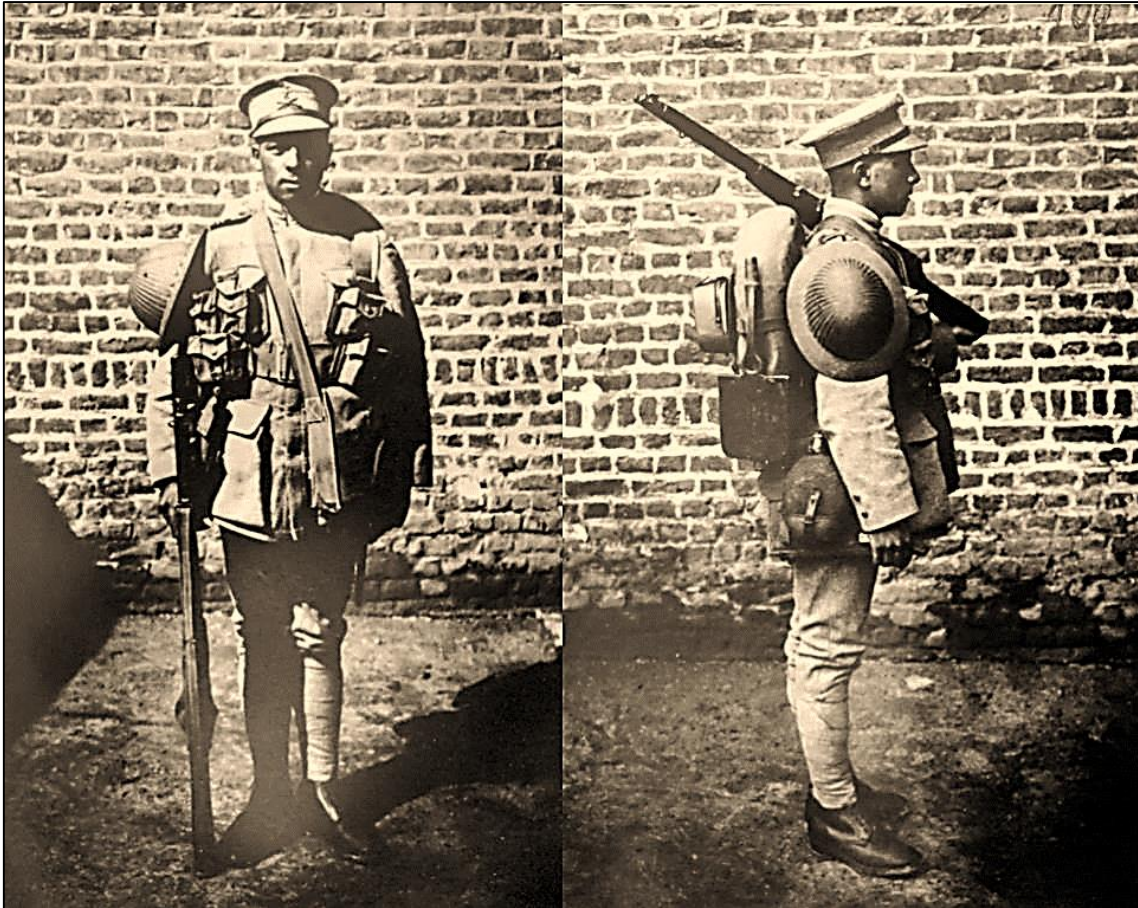
10 - Capitão de Infantaria 23, 1917 - 1918

Este oficial está uniformizado para campanha. Usa o capacete inglês Mk I e o sistema de cinturão e boldrié *Sam Browne*, onde é visível o coldre para pistola, provavelmente o modelo *Savage* de 7,65 m/m com fiador. O uniforme é o descrito na estampa 8, vendo-se na parte inferior da manga os distintivos do posto de capitão, três faixas de galão de ouro. (*Ilustração Portuguesa, 1917*).



11 - 2º Sargento (possivelmente Artilharia), 1917-1918

Este sargento está uniformizado em versão aligeirada, sem equipamento de combate, neste caso em pose para a fotografia. Para além do capacete do modelo britânico MK I e o cinturão do sistema 1912, sem arneses e cartucheiras, transporta apenas o bernal do seu lado esquerdo e o saco da máscara anti-gás no lado direito. (*Ilustração Portuguesa*, 1917)



12 - Praça de infantaria do C.E.P. em ordem de marcha, 1917-1918

Nesta fotografia pode-se ver a configuração do sistema de infantaria do modelo britânico de 1908 e que o Exército Português adotou em 1912. Esta vista lateral permite observar a configuração do sistema 1912 pelo lado direito do militar. É visível a marmita, fixada à mochila, a carga de pá-picareta desarmada, presa a uma das correias que também fixam o pano de tenda e o sobretudo à mochila. O cantil é suspenso do cinturão e sobre o tórax do sargento podem-se ver as quatro cartucheiras do lado direito, estando as outras quatro do outro lado, perfazendo uma capacidade de armazenamento de 150 cartuchos em carregadores próprios para a espingarda *Lee-Enfield* SMLE MKIII, 7,7 m7m, que este sargento tem ao ombro. Do ombro oposto pende um capacete inglês do modelo *Brodie*.

(Arnaldo Garcês/AHM/Exército Português)

Bibliografia Consultada

Branco, P.S. (2014). *Uniformes do Corpo Expedicionário Português*. Porto: Fronteira do Caos.

Branco, P.S. (2014). *Uniformes do Exército Português 1913-1919*. Porto: Fronteira do Caos.

Coelho, S.V. (1998). *Uniformologia -O jogo da aparência e realidade*. Revista População e Sociedade, nº4. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Coelho, S.V. (2001). *O Exército Português na I Guerra Mundial 1914-1918*. Lisboa: Plus Ultra.

Roche, D. (1989). *La culture des apparences. Une histoire du vêtement: XVII - XVIII siècle*. Paris: Librairie Anthéme Fayard.

Periódicos

Ilustração Portuguesa. Lisboa. 1912 -1918.

Revista Militar. Lisboa. 1910-1918.

Revista de Infantaria. Lisboa. 1902-1912.

Legislação

Ordens do Exército e Portarias do Exército. 1914-1918.

Bibliografia Suplementar

Afonso, A. Gomes, C.M. (2013). *Portugal e a Grande Guerra 1914.1918*. Vila do Conde: Verso da História.

Chalfont. A. [et al.]. (1993). *Battledress. The uniforms of the world's great armies: 1700 to the present*. London: Artus Books.

Martins, F. (1945). *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito.

Marques, I.P. (2002). *Os Portugueses nas Trincheiras Um Quotidiano de Guerra*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

Regalado, J. (2014). *Metralhadora Ligeira 7,7 mm m/917 Lewis*. Porto: Fronteira do Caos.

Regalado, J. (2014). *Pistola 7,65 mm m/915 Savage*. Porto: Fronteira do Caos.

Rubim, V. (1982). *A Artilharia em Portugal. Síntese Histórica da Artilharia Portuguesa. Catálogo da Exposição Comemorativa do VI Centenário da Artilharia no Museu Militar do Porto*. Porto: Museu Militar do Porto.

Santos, J.M.A. (2015). *A Guerra não se fez só com balas!*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional/Exército Português.

Teixeira, N.S. [Coord.]. (1998). *Portugal e a Guerra História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri.

Telo, A. J. (1994). *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos.

Telo, A. J. (2015). *Grande Guerra Um Século depois - Colóquio da Academia Militar*. Porto: Fronteira do Caos.

Telo, A.J. Sousa, P.M. (2016). *O CEP Os militares sacrificados pela má política*. Porto: Fronteira do Caos.

Oliveira, A. N. (1993). *História do Exército Português (1910-1945)*. Vols. I, II, III, IV. Lisboa: Estado Maior do Exército.